VICTOR DE SÁ

A SUBIDA AO PODER DA BURGUESIA EM PORTUGAL

Dificuldades e condicionalismos

6.344(469)"1820/1

PORTO
1 9 8 8

VICTOR DE SÁ

A SUBIDA AO PODER DA BURGUESIA EM PORTUGAL

Dificuldades e condicionalismos

Á B.M. de Barcelos,
oferta do autor

VII/91

PORTO
1988

MUNICIPIO DE BARCELOS
BIBLIOTECA MUNICIPAL
Nº 54959
Barcelianae

Separata da
«Revista da Faculdade de Letras»
II Série — Vol. V — Porto, 1988, págs. 245 a 252

A SUBIDA AO PODER DA BURGUESIA EM PORTUGAL

Dificuldades e condicionalismos

Por **Victor de Sá**
da Universidade do Porto,
Faculdade de Letras

A grande transformação económico-social da sociedade portuguesa, que pôs termo ao absolutismo do Antigo Regime senhorial e instituiu a burguesia no Poder, ocorreu em Portugal ao longo da primeira metade do séc. XIX.

O processo de instauração do novo poder foi lento e complexo, dada a situação geo-política do país e os grandes interesses económicos que se entrecruzavam no território português, em resultado sobretudo do imenso império colonial, de que o Brasil era então a colónia mais rica

Desde o alvorecer do século, com a expansão do domínio napoleónico na Europa e a ameaça de as invasões francesas atingirem a Península Ibérica, a Grã-Bretanha, nossa velha aliada e protectora da Casa reinante (Casa de Bragança), tinha para Portugal planos muito precisos para prevenir essa ameaça. Consistiam em fazer transferir para o Brasil a família real portuguesa.

Foi o que veio a acontecer em fins de 1907, quando da 1.ª invasão francesa.

Em resultado disso, a Grã-Bretanha sujeitou a Coroa portuguesa a aceitar os tratados comerciais que praticamente lhe abriram o rico e vasto território brasileiro à liberdade do seu comércio e da sua navegação (Tratados de 1910), ao mesmo tempo que pôde dispor do

território continental como testa de ponte contra o poderio napoleónico.

As Invasões Francesas em Portugal não tiveram como efeito medidas reformadoras que alterassem a estrutura do poder senhorial absoluto, como aconteceu noutros territórios europeus invadidos. Pelo contrário, tendo atraído as tropas britânicas que vieram aqui para bater as forças napoleónicas até à sua retirada definitiva da Península, em 1814, as Invasões tiveram por efeito, além do desmoronamento económico, a substituição dos franceses pelos ingleses, que ficaram no país depois da expulsão dos primeiros, e o reforço do poder absoluto na pessoa do general britânico Beresford, desde 1809 nomeado marechal do exército português.

Assim, a instauração do liberalismo em Portugal foi um fenómeno relativamente tardio. Uma conspiração em 1817 (General Gomes Freire de Andrade, antigo combatente nas hostes de Napoleão) foi barbaramente reprimida. E só três anos mais tarde, aproveitando uma ausência de Beresford que foi ao Rio de Janeiro obter junto do rei poderes mais latos para dominar Portugal, é que viria a eclodir a primeira tentativa liberal vitoriosa.

A partir de 1820

Portanto, é a partir de 1820 que se inicia o processo de instauração do liberalismo, ou seja, da estruturação do novo poder burguês.

No entanto, o processo estava apenas no começo. Até à vitória definitiva, em 1834, e com as convulsões sociais que se seguiram, entrecruzando-se com lutas pelo poder entre os liberais, só a partir dos meados do século o novo regime se estabilizaria.

A primeira vitória liberal resultou de uma conspiração militar no Porto (24 de Agosto de 1820), que em Lisboa viria a tomar expressão popular (a partir de 15 de Setembro).

Reconhecia-se a gravidade da situação económico-política do país, transformado em colónia da sua própria colónia brasileira, na medida em que era lá que se encontrava a sede do poder real, e reclamava-se a urgência de uma convocação de cortes, para que pudessem ser ouvidos os representantes do povo, presumindo-se desse modo o regresso do Rei a Portugal, ausente já há 12 anos.

Os propósitos iniciais do liberalismo português eram mode-

rados, mas a dinâmica da história arrastou-o para consequências imprevisíveis que viriam a ser verdadeiramente revolucionárias pelas mudanças estruturais que produziu.

Como primeiras consequências concretas, podem apresentar-se a realização de eleições para deputados às Cortes; o impedimento do desembarque do marechal Beresford quando de volta do Brasil depois das Cortes reunidas; o regresso do rei D. João VI a Lisboa; várias medidas teoricamente reformadoras mas ainda tímidas e sem grandes efeitos práticos; e a proclamação da 1.ª Constituição Portuguesa, em 1822, de feição democrática.

Mas durante o primeiro período liberal, o Brasil proclamou a independência (1822), e o novo regime não foi capaz de encarar adequadamente a questão colonial. Também a antiga nobreza não foi expropriada da base económica em que assentava o seu poder. E os camponeses pobres não foram aliviados dos encargos mais onerosos da sua sujeição ao poder senhorial, que eram os foros.

Colonialismo e Contra-revolução

Desse modo, a contra-revolução ocorreu em 1823 (Vilafrancada), com a dissolução das Cortes e a restauração do poder real, com uma vaga promessa do rei vir a outorgar uma Carta Constitucional, à semelhança da que vigorava em França desde 1818, com Luís XVIII.

Mas entrepunha-se ainda a questão colonial. A independência do Brasil continuava a não ser reconhecida. Como o príncipe D. Pedro tinha sido lá proclamado imperador, o rei João VI, seu pai, alimentava a secreta esperança de voltar a reunir os dois territórios sob a mesma coroa.

Vivia-se na Europa, desde a queda de Napoleão, o período do restauracionismo monárquico. E para não abalar o frágil equilíbrio europeu conseguido pela partilha de interesses e influências no Tratado de Viena de 1815, tanto as potências mais conservadoras — a Rússia dos czares e a Áustria de Metternich —, como as mais liberais — Grã-Bretanha e França — achavam-se obrigadas a respeitar os princípios de sucessão dominantes no sistema da Santa Aliança. Todas as potências europeias cobiçavam as vantagens oferecidas pelo riquíssimo território do Brasil e o vasto mercado que representava. Mas o sistema da legalidade monárquica de sucessão obrigava ao respeito de regras que as grandes potências tinham interesse em não violar.

A independência do Brasil não podia ser tomada em conta pelos outros países enquanto o rei de Portugal não declarasse reconhecê-la.

Ora, o rei de Portugal mostrava-se renitente a esse reconhecimento. Enquanto, pelo contrário, a Grã-Bretanha estava interessadíssima em obtê-lo. Por razões óbvias, pois desejava aí consolidar e alargar a sua penetração.

Dessa oposição de interesses entre Portugal e a Grã-Bretanha veio a resultar um segundo período liberal. Não que os liberais portugueses tenham aproveitado as contradições imperialistas em seu favor, mas porque o governo inglês empreendeu uma manobra diplomática hábil e ousada, que pôs as nações e os povos perante a situação de factos consumados, que não podiam ser legitimamente contestados.

Mandou ao Brasil um enviado especial com plenos poderes para resolver em definitivo a questão da independência, em termos de garantir à Grã-Bretanha a situação de potência favorecida que já mantinha com os portugueses. O enviado Charles Stuart fez escala em Lisboa, onde devia persuadir João VI ao reconhecimento. Não foi fácil, mas obteve dele plenos poderes para, no Rio de Janeiro, conseguir contrapartidas do reconhecimento da independência. E munido desses duplos poderes, quer do monarca britânico, quer do rei de Portugal, Stuart dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde a independência foi reconhecida sem que tenham sido observadas todas as recomendações do rei português, que disso se queixou a Sua Majestade Britânica.

Este conflito teve porém uma solução natural com a morte súbita de João VI, bem suspeita de envenenamento. Começou aí a crise da sucessão, com D. Pedro, imperador do Brasil, a ser aclamado em Lisboa o legítimo sucessor do rei de Portugal.

A Carta Constitucional e os interesses britânicos

O enviado britânico, que se encontrava ainda no Rio de Janeiro, não se mostrou surpreendido com a abertura da crise, pois foi ele que inspirou a D. Pedro as medidas que tomou de imediato, a saber:

1. Como sucessor da Coroa e rei de Portugal, outorgou uma Carta Constitucional aos Portugueses;

2. Em seguida, abdicou em sua filha menor (7 anos), contratando o seu matrimónio com o tio Miguel, que se encontrava em Viena de Áustria, há dois anos proscrito de Portugal, na sequência de um golpe contra-revolucionário extremista.

Os objectivos desta dupla manobra sucessória eram evidentes: por um lado, a Carta Constitucional simulava dar satisfação aos liberais portugueses, ao mesmo tempo que consagrava a separação definitiva do Brasil; por outro, ao abrir perspectivas para o infante absolutista que se conservava na Áustria, tranquilizava as potências da Santa Aliança.

Aliás, foi o próprio enviado Stuart quem trouxe para a Europa, no regresso da sua missão, estes decretos sucessórios, que foram conhecidos em Londres e Paris antes de chegarem a Lisboa.

Foi assim que o segundo período liberal teve origem na questão colonial do Brasil, decidida pela Grã-Bretanha. Caracterizou-se apenas por uma reinstauração formal do sistema parlamentar, sem iniciativas reformadoras.

Entretanto, a conjuntura internacional aprofundava a sua hostilidade ao liberalismo. Na Inglaterra o governo virara ultra conservador, com o governo de Wellington. A Turquia, essa, perdia o domínio sobre o povo grego, que em 1829 alcançaria a sua independência.

Estes problemas, do outro extremo da Europa, entre nós designados por Questão do Oriente, ameaçaram o equilíbrio europeu com o alargamento da influência russa aos Balcãs, o que provocou a aproximação da Áustria à Inglaterra para contrariar os projectos expansionistas do czar Nicolau I. Foi nesta situação que a Áustria e a Inglaterra acordaram o regresso do infante Miguel a Portugal, trazido a Lisboa por uma esquadra britânica (1828). Dois meses após o desembarque, fazia-se proclamar rei absoluto.

Aqui é que os liberais verdadeiramente acordaram para a luta. Um levantamento nacional foi esmagado no Continente e dele só restou uma bolsa de resistência numa ilha do arquipélago do Açores (Terceira). Depois, passaram a ser perseguidos, tanto física, como economicamente. Muitos emigraram ou foram presos e os seus bens confiscados. Outros acabaram nas forcas.

Entretanto, uma nova conjuntura internacional vai de novo influir nos destinos políticos de Portugal. O sopro revolucionário de

1830 impôs governos burgueses em França e na Inglaterra. Os brasileiros também acabarão por expulsar D. Pedro (1831), que então vem para a Europa juntar-se aos emigrantes liberais portugueses. E estes, agora favorecidos pela nova conjuntura internacional e impulsionados pelos grandes financeiros das praças de Londres e Paris, lançam-se por fim ao assalto do Poder (expedição marítima, 1832).

Teriam de travar ainda uma Guerra Civil até conseguirem a vitória, desta vez irreversível, em 1834. Gastaram-se assim catorze anos entre a primeira tentativa e a vitória final. Durante eles, os interesses e a diplomacia estrangeira pesaram mais no destino da revolução que a própria vontade da burguesia portuguesa.

Da ditadura revolucionária às lutas pelo poder

Só então foram tomadas, durante o curto período de ditadura revolucionária que precedeu o restabelecimento do sistema parlamentar, medidas estruturais que retiraram à antiga nobreza as bases económicas do seu renitente poder político.

Foram extintos os conventos. Só eles detinham cerca de dois terços da propriedade territorial. Os seus bens móveis e imóveis reverteram para o Estado, que por sua vez os pôs à disposição da burguesia liberal, em regime de propriedade privada. Também muitos bens dos absolutistas reverteram para os liberais, a título de indemnização pelos danos sofridos. Em pouco tempo processou-se em Portugal a transferência de uma massa imensa de riqueza, que consolidou e alargou o domínio da burguesia, nomeadamente dos financeiros estrangeiros, que se fizeram recompensar da ajuda prestada.

Agora, sim, o Antigo Regime senhorial acabou em Portugal, e consolidou-se o poder da burguesia.

Mas começou uma nova guerra, a luta pelo poder entre diferentes facções liberais. Nos dois primeiros anos foi tanta a avidez de riquezas, que os governos e seus adeptos se tornaram conhecidos por *devoristas*. Os que lhes cobiçavam o poder, aproveitaram o descontentamento popular e fizeram em Setembro de 1836 uma revolução para os derrubar. Passaram a chamar-se *setembristas*.

O proletariado arsenalista de Lisboa desempenhou nos acon-

tecimentos um papel determinante. Mas a direcção política conservou-se nas mãos da grande burguesia, que chamou à sua posse a grande propriedade da antiga nobreza e dos conventos, sem dar oportunidade à partilha da terra pelos pequenos agricultores. Nem os foros, que tanto pesavam ao campesinato pobre, foram satisfatoriamente abolidos. Os baldios eram por sua vez convertidos em propriedade privada, por intermédio da administração municipal, exclusivamente burguesa.

Os liberais não conseguiram, assim, atrair a si as grandes camadas da população rural, e o descontentamento era tanto, que acabou por irromper nas províncias em 1846 (Maria da Fonte), com assaltos às casas dos grandes proprietários, libertação dos presos das cadeias, destruição nos arquivos das papeladas que registavam as obrigações foreiras dos camponeses, e luta armada a tudo que representasse expressões capitalistas do governo (Costa Cabral).

Esta guerra social nos anos de 1840 mais acirrou as contendas entre as facções liberais na sua luta pelo poder.

Uma intervenção militar estrangeira (Inglaterra e Espanha) viria pôr fim em 1847 a uma nova guerra civil (Patuleia) que há mais de meio ano o governo da rainha (D. Maria II) não conseguia dominar. Com a intervenção estrangeira e o subsequente desarmamento das forças populares, foram débeis as repercussões que viria a ter em Portugal a Revolução de Fevereiro em Paris, em 1848, ao contrário do que aconteceu noutros países da Europa.

Mas à medida que a burguesia industrial se desenvolvia, a guerra social continuava, agora noutros termos. Datam de 1849 as primeiras greves do proletariado industrial, em Lisboa. E o mal estar social e político geral era tão grande por todo o país, que os sargentos e soldados de uma guarnição militar do Porto não tiveram dúvidas em revoltar-se na Primavera de 1851, em consonância com a aspiração regeneradora de grandes camadas da população de todo o país.

Este levantamento, porém, foi de imediato encabeçado por um grande cabo de guerra do liberalismo, o marechal Saldanha. Aparentando de princípio dar satisfação às aspirações populares, provocando nomeadamente a queda do governo odioso de Costa Cabral, o movimento acabaria por servir os desígnios da grande burguesia.

A Regeneração, assim ficou conhecido esse acontecimento e a consolidação capitalista que se seguiu, acabou por levar a conci-

MUNICÍPIO DE BARCELO
BIBLIOTECA

liação às facções opostas do liberalismo, que daí para diante passaram a dispor placidamente das alavancas do poder estatal, através de governos alternativos.

Foi a partir de então que se iniciou a grande empresa da construção dos caminhos de ferro e das comunicações viárias e postais, que iriam viabilizar a formação do mercado interno. Intensificaram-se as estruturas financeiras e associativas da burguesia (bancos, sociedades anónimas). Adoptaram-se os Códigos Penal (1852), Civil (1867) e reformaram-se o Administrativo (1872), e o Comercial (1888). Todos eles consagraram a configuração jurídica do novo Estado. Instituiu-se um novo sistema colonial, agora assente em territórios africanos, generalizou-se, enfim, a adopção da maquinaria na indústria e na agricultura capitalista. E a população subiu, na segunda metade do século, de três para cinco milhões de habitantes.

A burguesia passou a dominar por completo a sociedade e o Estado, com todas as contradições inerentes. O movimento operário aparecerá organizado desde 1871, ligado à Primeira Internacional. Aliás, foi na sequência do Congresso de Haia (1872), que em Portugal se criou o primeiro partido político dos trabalhadores, separado e independente dos partidos políticos da burguesia (1875). Terá sido o primeiro partido socialista surgido na Europa.

Mas essa é já uma nova história, que ficará, por certo, para tratar quando se realizar o 4.º Encontro (de Historiadores Portugueses e Soviéticos, no Porto, em Junho de 1990).

COMPOSTO E IMPRESSO NA TIP. DIÁRIO DO MINHO, LDA.
RUA DE SANTA MARGARIDA — B R A G A

biblioteca
municipal
barcelos
54959
A subida ao poder da burguesia
em Portugal